



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 6/2014

SESSÃO ORDINÁRIA DE

29/09/2014

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e catorze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, 2.ª Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: -----

-----**Ponto um: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----**Ponto dois: Discussão e votação da proposta de fixação, nos termos do disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), conjugado com o n.º 2 do artigo 16.º e n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, em harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Participação em IRS, para o ano de 2015.** -----

-----**Ponto três: Aprovação, nos termos do previsto no art.º 22.º do D.L. n.º 197/99, de 08 de junho, da repartição de encargos por ano económico – 11.ª alteração orçamental e 11.ª alteração às GOP's – PPI e AMR, do ano de 2014 – Projeto Recuperação/Conservação da Escola Básica Integrada de Mira.**-----

-----**PRESENÇA DO EXECUTIVO** -----

-----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, e o Vereador Sr. Nelson Teixeira Maltez. -----

-----**PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, Carlos Jorge dos Santos Nora, Enf.^a Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Prof. Doutor Joaquim Manuel Henrique de Sousa



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pinto, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Prof.^a Vera Lúcia de Jesus Manco, Dr.^a Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Eng.^o Calisto de Oliveira Coquim, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Eng.^o Rui Miguel dos Santos Terrível, João Maria Nogueira, Enf.^o Manuel Ferreira Inocência, Prof.^a Zélia Domingues Moraes, Dr.^a Telma Milene Magueta Salvador, Dr. João Luís dos Santos Marques de Pinho, Pedro Jorge Moraes Laranjeiro e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e dos Carapelhos, Gabriel Miranda Pinho. -----

-----**FALTAS** -----

-----Não se verificaram faltas. -----

-----**HORA DE ABERTURA** -----

-----Os trabalhos tiveram início às dezoito horas e trinta minutos, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** informou os presentes da receção de um pedido de alteração ao ponto número dois da ordem do dia, apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara cujo conteúdo seria explicado e posteriormente votado.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento. -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** começou por clarificar que a alteração apresentada dizia respeito à fixação da Taxa de IMI para o ano de 2015, cuja proposta aprovada em reunião de Câmara de 15 de setembro carecia de correção. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Nesse sentido referiu que era intenção do Executivo manter a taxa do ano anterior e que o lapso se tinha ficado a dever ao facto de existirem duas alíneas para a fixação do IMI: uma para os prédios urbanos e outra para os prédios avaliados nos termos do CIMI, o que tinha induzido em erro. Consultada a CCDR, tinha sido esclarecido que era permitido proceder à alteração, nos termos da nova Lei das Autarquias Locais. Penitenciou-se pelo lapso praticado durante a elaboração da proposta e reiterou a intenção do Executivo em manter a taxa em 0,3%. -----

-----Acrescentou ainda que, por se tratar de uma alteração a uma proposta já votada em reunião de Câmara, tinha contactado todos os Senhores Vereadores, tendo explicado a alteração que seria apresentada em sessão da Assembleia Municipal, com a qual tinham concordado.-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que leu o conteúdo da proposta de alteração ao ponto dois da ordem do dia, a qual foi distribuída pelos líderes de bancada e Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e que se transcreve na íntegra: -----

-----*“Reunião de Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2014 -----*

-----*Alteração da proposta de fixação da taxa do IMI, IRS, Derrama e Direito Municipal de Passagem a liquidar em 2015 -----*

-----*Considerando que:-----*

-----a) *Em reunião de 15 de setembro de 2014, a Câmara Municipal aprovou submeter à Assembleia Municipal a fixação das seguintes taxas de IMI, a liquidar no ano de 2015: -----*

-----• *prédios urbanos: 0,5 %; -----*

-----b) *Contudo verificou-se que a redação dada ao n.º 2 do artigo 112.º do CIMI pela Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro), com a revogação da alínea b) deste normativo, e com a nova redação da respetiva alínea c) - a qual adotou a designação que anteriormente constava da alínea b) – conduziu a uma interpretação errada; -----*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----c) De facto, anteriormente a alínea b) determinava uma taxa de 0,5% a 0,8% para os prédios urbanos, e agora a alínea c) determina, igualmente para prédios urbanos, taxas compreendidas entre os 0,3% e 0,5%; -----

-----d) No ano transato, foi deliberada a fixação da taxa de IMI para os prédios urbanos em 0,5%, era intenção do Executivo camarário a manutenção da mesma taxa, de forma a evitar a diminuição de receita, sem contudo aumentar a taxa pré-existente; -----

-----e) Intenção essa manifestada na proposta levada à reunião de Câmara de 15 de setembro do corrente, onde se pode ler: -----

-----“Com a manutenção da taxa de IMI pretende-se promover uma política de estímulo à fixação de novos residentes, mas acautelando concomitantemente condições que lhe permitam manter um nível de atividade que seja de molde reforçar a dinâmica económica e social do nosso concelho e a satisfazer as legítimas expectativas dos cidadãos.” -----

-----f) Contudo verificou-se que o sentido da alteração introduzida no CIMI pela LOE 2014, foi o de eliminar a categoria de prédios correspondente aos prédios urbanos ainda não avaliados nos termos deste código, e não o contrário, como a “pobre” redação atual do normativo legal induz; -----

-----g) Sendo que, eliminada a categoria supra referida, temos como remanescente para os prédios urbanos aquela que antes correspondia aos prédios já avaliados nos termos do CIMI, que hoje são já todos os prédios urbanos, fruto da avaliação geral de imóveis que a Administração Fiscal promoveu durante o ano de 2012; -----

-----h) Neste contexto, a intenção de manutenção da taxa de IMI a aplicar aos prédios Urbanos haveria de ser feita por referência à taxa de 0,3% fixada para estes imóveis no ano anterior, e não à taxa de 0,5%, como por lapso se fez; -----

-----Posto isto, impõe-se que seja instaurada a concordância entre a taxa de IMI a fixar e a intenção de manutenção do valor que a mesma representava no ano anterior, o que determina a sua definitiva fixação em 0,3%. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere aprovar a alteração à proposta de reunião de Câmara de 15 de setembro de 2014, que fixou a taxa de IMI, IRS, Derrama e Direito Municipal de Passagem, a Liquidar em 2015, passando a constar: “prédios urbanos: 0,3%” onde naquela constava “prédios urbanos: 0,5%”, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a contrário”. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** informou os presentes de que a Mesa aceitava a proposta de alteração ao ponto dois da ordem do dia, seguindo-se a respetiva votação.-----

-----**VOTAÇÃO:**-----

-----Submetida a votação, a proposta de alteração ao ponto dois da ordem do dia foi **aprovada por unanimidade**, tendo-se mantido a ordem do dia apenas com a ressalva da referida alteração de conteúdo. -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Interveio o Sr. João Elídio Costa Távora, de Mira, empresário da Construção Civil, que começou por referir que tinha tido acesso a um estudo onde constava que o Município de Mira tinha 20,2 func./1000 hab. (vinte vírgula dois funcionários por mil habitantes), enquanto Vagos tinha apenas 9,44 (nove vírgula quarenta e quatro) e Cantanhede 7,69 (sete vírgula sessenta e nove), pelo que pediu esclarecimentos.-----

-----Lembrou ainda que em anterior sessão ordinária daquela Assembleia Municipal tinha chamado a atenção para a necessidade de limpeza das valas, nomeadamente entre o Casal de S. Tomé e a Lagoa, o que, até àquela data, não tinha sido feito, apesar do compromisso do Sr. Presidente da Câmara. -----

-----Referiu ainda uma situação ocorrida no dia seguinte à realização de um funeral no Cemitério de Mira, onde os familiares do falecido se tinham deslocado, a fim de depositarem e organizarem as flores da véspera, tendo encontrado o caixão ainda por enterrar, situação que lhes tinha provocado muita indignação.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referiu uma vez mais a Rua Nova do Salão, no centro da Vila, que continuava sem saneamento e informou que também havia uma rutura num ramal de abastecimento de água, no Cential, alvo de várias intervenções, desde o mês de julho. Nesse contexto comentou a forma como os trabalhos tinham decorrido, a nível da reparação da rutura e do arranjo da calçada, tendo sugerido uma melhor gestão dos recursos materiais e humanos.-----

-----Terminou a sua intervenção com referência muito positiva à forma como tinham decorrido as Festas de S. Tomé. -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara Municipal** que começou por agradecer a presença do Sr. João Távora, reiterando o compromisso de limpeza da dita vala, acrescentando que tinha uma reunião agendada com os proprietários dos moinhos a fim de preparar a intervenção. -----

-----Quanto ao número de funcionários, começou por dizer que o Executivo estava em funções há cerca de um ano e que não tinha entrado ninguém para o “quadro”, tendo-se verificado a saída de sete ou oito pessoas, por aposentação. No que dizia respeito à comparação apresentada, esclareceu que também convinha averiguar qual o número de funcionários da INOVA, no caso de Cantanhede, e o número de funcionários que tinham sido transferidos para as águas da Região de Aveiro, no caso de Vagos, acrescentando o facto de Mira ter funcionários nas escolas, nas águas e no saneamento. -----

-----Em relação ao Cemitério de Mira, afirmou que havia conhecimento de alguns problemas que teriam que ser resolvidos. -----

-----O Sr. **Vereador Nelson Maltez**, reportando-se ao número de funcionários, salientou que o Município de Mira, devido ao protocolo assinado com o Ministério da Educação, tinha mais de cinquenta funcionários naquela área, o que não acontecia com outros municípios, facto que também tinha que ser ponderado.-----

-----A respeito da limpeza das valas disse que tinha havido uma reunião com os proprietários dos moinhos e uma intervenção com os meios da autarquia até



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

onde era possível, tendo acrescentado que tinham sido encetadas diligências para que a intervenção continuasse com recurso a uma empresa privada. Naquele momento, já tinham sido apresentados orçamentos para executar o serviço e encontravam-se a aguardar uma reunião com todos os proprietários confinantes com a vala, a quem competia a responsabilidade de limpeza, embora a Câmara a assumisse. -----

-----Quanto ao Cemitério de Mira, esclareceu que havia problemas a resolver, agravados pela morte de um dos funcionários, aos quais, dada a sua gravidade, estavam atentos. No entanto, o facto das Câmaras não poderem contratar pessoal, agravava a questão, que teria que ser resolvida eventualmente com recurso a uma prestação de serviços. -----

-----Concluiu dizendo que, noutras condições, o problema já estaria resolvido, mas tinha que cumprir legislação que não lhe permitia agir de forma mais célere. -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que lembrou ao Sr. Presidente da Câmara que também tinha sido feita uma questão relativamente à Rua Nova do Salão. -----

-----Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** que não só a Rua Nova do Salão seria alvo de intervenção, como também a Rua das Hortas, ambas em Mira. ----

-----APROVAÇÃO DA ATA DE 30 DE JUNHO DE 2014-----

-----A ata n.º 4, de 30 de junho de 2014, submetida a votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----APROVAÇÃO DA ATA DE 31 DE JULHO DE 2014 -----

-----A ata n.º 5, de 31 de julho de 2014, submetida a votação, foi **aprovada por maioria**, com duas abstenções dos Senhores Prof. Doutor Joaquim Manuel Henrique de Sousa Pinto e Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, por não terem estado presentes na sessão. -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** (Artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Sr. **Presidente da Mesa** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as intervenções habituais. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, que começou por referir algum “alvoroço” em torno do Orçamento Participativo e que, apesar de ter sido veiculada a falta de informação, reconhecia o trabalho de divulgação feito pelo Executivo, quer na internet, quer na imprensa escrita. -----

-----Salientou a participação da população e o grande número de projetos apresentados, pese embora tivesse considerado que se a população se tivesse unido em torno de um número menor de projetos talvez não houvesse tantos comentários. -----

-----Relacionou o baixo número de votos de alguns projetos com a falta de divulgação dos mesmos e, no sentido oposto, referiu o “Projeto de execução do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Mira”, o qual considerou viável e merecedor da vitória, tendo enaltecido o trabalho levado a cabo por aquela associação. -----

-----Concluiu a sua intervenção com uma comparação entre os projetos apresentados no âmbito do Orçamento Participativo e a política, pela necessidade em fazer passar a mensagem e cativar a população. -----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto** (MAR) que começou por felicitar o PS pela eleição do seu candidato a Primeiro-Ministro, salientando o facto de terem chamado os cidadãos para decidirem o futuro do país. No mesmo sentido mencionou que seria interessante que fosse votada uma lei de paridade para que os movimentos de cidadãos pudessem concorrer às eleições em condições semelhantes às dos partidos políticos. -----

-----Quanto ao Orçamento Participativo, referiu que tinha sido designado para integrar a Comissão de Análise Técnica das propostas, cuja primeira ação tinha sido a escolha dos projetos admitidos para votação. Como membro da referida



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comissão disse que gostava de ter acesso aos resultados e aos dados recolhidos para a votação, uma vez que tinha “*séria e fundadas dúvidas*” sobre a forma como tinha decorrido, a qual podia ter sido “*completamente manipulada, do ponto de vista informático*”, o que pretendia verificar. -----

-----Acrescentou que o MAR tinha mais de 2.000 (dois mil) votos que poderia ter “usado” para votar em qualquer projeto, porque tinham os números dos bilhetes de identidade e os números de eleitores recolhidos aquando da apresentação da candidatura daquele movimento político nas anteriores eleições autárquicas e que não o tinham feito, por considerarem que não era aquela a forma de trabalhar.-----

-----Em relação à votação pela internet, disse que havia dois exemplos em países nórdicos, um deles a Suécia, onde era permitido votar on-line e, posteriormente, se assim o entendesse, votar presencialmente e retirar o voto eletrónico. -----

-----Concluiu reiterando a vontade em verificar, do ponto de vista técnico, se o processo tinha decorrido com lisura e sem qualquer tipo de “*cidadania manipulada*”.-----

-----Interveio o Sr. **Carlos Nora** (PS) que começou por referir que também pertencia à Comissão de Análise Técnica das propostas a qual tinha acabado por nunca reunir, uma das vezes porque o Sr. Prof. Doutor Joaquim Sousa Pinto, por razões profissionais, estava ausente do país. -----

-----Considerou que o conceito de Orçamento Participativo era excelente, bem como alguns dos projetos apresentados, pese embora a forma como tinha funcionado lhe parecesse pouco transparente. Nesse sentido, concordou com a relevância do projeto apresentado pelo Centro Paroquial de Solidariedade Social de Mira, com a necessidade de um novo equipamento de apoio à terceira idade e sugeriu que o Executivo desse o seu apoio, financeira ou logisticamente. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à forma como tinha sido abordado, num estabelecimento comercial, por uma pessoa, com uma folha “em branco” a dizer que era para “fazer o novo lar na Lentisqueira”, não podia discordar mais e disse que, assim ditas as coisas, qualquer pessoa ia apoiar a ideia. O que faltava, na sua perspetiva, era explicar que se tratava do Orçamento Participativo, que havia mais projetos e aí as pessoas podiam escolher qual é que queriam.-----

-----Referiu ainda que tinha havido uma anomalia no funcionamento do site, onde durante algum tempo não tinha sido possível votar em alguns projetos. ----

-----Em conclusão, sublinhou que a votação não tinha decorrido da forma mais transparente, embora tivessem sido apresentados excelentes projetos, alguns dos quais considerou que poderiam ser aproveitados pelo Executivo.-----

-----Quanto à verba dos 50.000,00€ (cinquenta mil euros), perguntou se seria apenas para o projeto mais votado.-----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que começou por afirmar que o Regulamento do Orçamento Participativo, aprovado naquele órgão, pecava por não ter sido designado nenhum elemento suplente para integrar a Comissão de Análise Técnica das propostas.-----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto** (MAR) que afirmou que tinha respondido a todos os email’s sobre o assunto, num espaço de horas.-----

-----Respondeu o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que a presença física era sempre diferente e que poderia ser uma correção a ponderar futuramente, até porque Mira era dos poucos Municípios no País que tinha Orçamento Participativo. Referiu o exemplo de Lisboa, com um valor de 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros) e mais de 1.100 projetos apresentados no ano corrente.--

-----Acrescentou ainda que os prazos tinham sido limitados, por ter sido o primeiro ano de implementação, mas de facto a Comissão de Análise Técnica das propostas não tinha reunido, algo pelo qual se penitenciou, apesar da efetiva troca de email’s.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à possibilidade de manipulação informática da votação, sugeri que o responsável pela aplicação informática explicasse, de modo simples, se tinha havido algum momento em que apenas se conseguia votar em quatro ou cinco projetos e qual o motivo para tal ter ocorrido.-----

-----De um modo geral, considerou que existiam dois ou três projetos em que o direito de cidadania tinha sido efetivo, onde os seus promotores se tinham desdobrado em trabalho de “porta-a-porta”, quase como se de uma campanha eleitoral se tratasse, o que, atendendo ao fim comunitário a que se destinava, considerou muito positivo. Felicitou, por isso, todos os que trabalhado na mobilização da população e na angariação de votos. -----

-----O Sr. Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto** (MAR), no uso do seu direito de resposta, afirmou que tinha sido agendada uma reunião para análise prévia de projetos, na qual apenas ele tinha comparecido e acrescentou que posteriormente os projetos tinham sido submetidos pelo Dr. Madeira, com quem tinha estado sempre em contacto, através de email. -----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** começou por apresentar um balanço muito positivo do Orçamento Participativo, mencionando que, face ao risco inerente aos prazos limitados e à falta de experiência, o Executivo tinha optado por avançar com uma verba de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), valor que, por comparação com Lisboa, considerou baixo. -----

-----Face às intervenções anteriores, sugeri que a Comissão de Análise Técnica das propostas redigisse um relatório de avaliação do processo, com sugestões de melhoria a introduzir no ano seguinte, de molde a que fosse apresentado em reunião de Câmara e, posteriormente, naquele órgão. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----De uma forma geral, fez uma avaliação muito positiva dada a participação, o número de projetos apresentados, a qualidade dos mesmos e o número de pessoas votantes. O meio de votação podia, eventualmente, ser discutido, mas as sugestões deviam partir da referida comissão.-----

-----Assumiu ainda que tinham ocorrido alguns problemas informáticos, os quais tinham sido corrigidos à medida que iam sendo reportados, mesmo durante o fim de semana. -----

-----Referiu ainda que o objetivo do Orçamento Participativo tinha sido atingido, que era motivar a população para a discussão de projetos e ideias para o Concelho e deu como exemplo a adesão da população às Assembleias Participativas. -----

-----Quanto à questão da gestão do montante em causa, disse que se destinava ao projeto mais votado e, se sobrasse avançar-se-ia para o seguinte. No mesmo sentido considerou os projetos apresentados como uma espécie de concurso de ideias, que o Executivo podia aproveitar para colocar em prática, apesar da votação não ter sido a vencedora.-----

-----Interveio o Sr. **Vereador Nelson Maltez** que disse ter havido apenas uma falha no sistema informático, momento em que a votação tinha ficado inacessível para todos os projetos. -----

-----Acrescentou que tinha sido alertado para a situação num domingo, por volta do meio dia, que depois de analisada a questão se tinha concluído que se devia a um lapso na programação, que previa que a votação estivesse visível apenas se a data fosse anterior a 31 de agosto, onde devia constar anterior ou igual. Mais disse que a questão tinha sido rapidamente ultrapassada e que por volta das treze e trinta estava tudo normalizado. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que felicitou o Executivo pelo Orçamento Participativo, que era uma intenção presente em quase todos os programas eleitorais. No entanto disse que gostaria de ver melhoria na comunicação com a Junta de Freguesia. Nesse sentido referiu a realização da Assembleia Participativa e a votação presencial, publicitada em vários meios de comunicação social muito antes de qualquer contacto oficial com a Junta de Freguesia. -----

-----Referiu como exemplo o Orçamento Participativo do Município de Condeixa cujo valor ascendia a cerca de 300.000,00€ (trezentos mil euros), e disse que gostava que no futuro Mira também pudesse aumentar os valores previstos para aquele fim. -----

-----Relativamente à intervenção do Sr. João Távora, disse que lhe parecia ter tido um “*déjà vu*”, uma vez que as respostas, quer do Sr. Vereador Nelson Maltez, quer do Sr. Presidente da Câmara, lhe tinham feito lembrar os seus homólogos do anterior mandato, que diziam exatamente a mesma coisa quando a oposição os questionava sobre o número de funcionários. -----

-----Quanto à Mostra Gastronómica, considerou-a um sucesso nos últimos anos para o Concelho de Mira, em especial para a freguesia da Praia de Mira, pelo que deu os parabéns à organização, à Divisão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Mira, em especial à Dr.^a Brigitte Capelo, bem como a toda a equipa da área da cultura.-----

-----No entanto, lamentou o facto de não ter contribuído para a decisão da continuidade do evento no fim de semana seguinte, pese embora tivesse referido o contacto da Sr.^a Vereadora Dr.^a Dulce Cainé no sentido de coordenar a situação com a Junta de Freguesia, depois da decisão tomada.-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Artur Fresco**, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, que começou por considerar que a requalificação prevista para a Av. 25 de Abril iria modificar o aspeto visual do centro da Vila, o que lhe suscitava algumas questões, nomeadamente em relação ao estacionamento automóvel,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma vez que de acordo com o projeto estava prevista apenas uma faixa de rodagem em cada sentido, assim como passeio e pista ciclável.-----

-----Quanto à entrada de veículos na EN 109 provenientes da Avenida 25 de Abril, onde existiam duas faixas de rodagem, uma para virar para sul, outra para norte, perguntou se iria passar a apenas uma faixa de rodagem, sendo certo que, a verificar-se a situação, iria formar-se uma fila de trânsito muito grande, em resultado da junção dos fluxos de trânsito que pretendiam virar quer para norte, quer para sul.-----

-----Por último, referiu a dificuldade no mesmo cruzamento da EN 109, mas no sentido sul/ norte, nomeadamente na gestão do tráfego cujo objetivo era virar à esquerda e entrar na Avenida. Mencionou, nesse âmbito, que muitas vezes o semáforo passava a vermelho estando ainda carros a aguardar para virar à esquerda, o que impedia ou dificultava o trânsito daquela nacional, sobretudo no sentido sul/norte.-----

-----Na tentativa de melhorar a situação enunciada sugeriu que, no centro da faixa de rodagem o mais à esquerda possível, fosse delimitado um espaço para virar à esquerda, em direção à Avenida, para que os restantes veículos pudessem continuar a circular, no sentido sul/ norte.-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que salientou a participação e a capacidade de mobilização da população demonstrada por munícipes, associações e Juntas de Freguesia, em especial a do Seixo, que tinham trabalhado em defesa de determinados projetos e objetivos comuns naquela primeira edição do Orçamento Participativo. Nesse âmbito referiu os três projetos com maior votação, um na Freguesia de Mira, outro na do Seixo, e um terceiro mais transversal a todo o concelho, e perguntou se o que se pretendia era que os projetos fossem sobretudo transversais a todo o Concelho, ou se, pelo contrário, fossem relativos a cada Freguesia, o que não estava explícito no Regulamento do Orçamento Participativo.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relativamente à distribuição das verbas, perguntou se se destinava apenas ao primeiro projeto, ou se “sobraria” algum dinheiro para o segundo. Também nesse sentido sugeriu que fossem estabelecidos limites ou percentagens, para que os munícipes não se sentissem desmotivados em participar por inferirem que, hipoteticamente, iriam ganhar “sempre os mesmos”, atendendo ao número de votantes de cada freguesia. -----

-----Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----O Sr. Presidente da Câmara dirigiu-se ao Sr. Dr. Francisco Reigota, e respondeu que, relativamente ao Orçamento Participativo, podia ter havido eventuais lapsos, mas no que dizia respeito às Assembleias Participativas tinham feito questão de não envolver as Juntas de Freguesia, para que não houvesse influência na discussão dos projetos. Quanto à votação presencial, assumiu o lapso, e disse que se tinha partido do princípio que havia disponibilidade da Junta de Freguesia. -----

-----Reportando-se à Mostra Gastronómica, disse que tinha sido feita uma reunião com os proprietários dos restaurantes e expositores que eram de opinião que o evento se prolongasse para o fim de semana seguinte, suportando parte das despesas. Após a reunião a Junta de Freguesia tinha sido contactada para articular as atividades inerentes ao prolongamento do evento. -----

-----Quanto ao Orçamento Participativo de Condeixa, disse que tinha sido implementado com recurso a uma empresa especializada, enquanto que o de Mira tinha sido feito com meios próprios, com valores mais baixos, para também não correrem grandes riscos. Nesse sentido agradeceu a disponibilidade e o trabalho da Comissão de Análise Técnica das propostas. ----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto ao projeto de requalificação do Centro da Vila, esclareceu o Sr. Prof. Artur Fresco que o estacionamento automóvel iria aumentar e que junto à Câmara Municipal se iriam manter duas faixas de rodagem, para facilitar o trânsito, sobretudo na entrada para a EN 109. Em relação à sugestão de marcação do piso na EN 109, disse que teria que haver alteração do passeio e autorização das Estradas de Portugal.-----

-----Quanto à intervenção do Sr. Eng.º Calisto Coquim, concordou que eram preferíveis projetos mais abrangentes, mas competia a todos os presentes tomar decisões, corrigir o que estava mal e assumir os erros, para que as pessoas sentissem honra em participar no Orçamento Participativo e para que o projeto não “*morresse à nascença*”.-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, no seu direito de resposta, que disse que, quer no Orçamento Participativo, quer na Mostra Gastronómica, havia uma base comum que era a proximidade da Junta de Freguesia à população, pelo que, na sua opinião, devia ter havido outro cuidado, nem que fosse por uma questão de publicidade dos próprios eventos.-----

-----Quanto aos lapsos, disse que admirava a postura e a humildade do Sr. Presidente da Câmara em admiti-los, no entanto já eram lapsos a mais. -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que tinha assumido o lapso relativamente à Assembleia Participativa, mas não em relação à Mostra Gastronómica, uma vez que a decisão lhe tinha sido comunicada, logo após a reunião, e aferida a disponibilidade dos serviços da Junta de Freguesia em colaborar.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

-----Interveio a Sr.ª Prof.ª **Zélia Morais** (PS) que leu o seguinte texto que se transcreve na íntegra: -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----“A exemplo da minha participação numa destas assembleias, sobre os problemas que afetam as nossas populações e foram chegando ao meu conhecimento, através das pessoas que conhecem a minha actividade política no concelho. -----

-----Venho dar o meu contributo, mais uma vez, para a continuidade do desenvolvimento económico e social do nosso concelho através da melhoria das condições de vida dos nossos munícipes, apresentar a seguinte questão:---

-----* a Rua do Moinho da localidade do Ramalheiro, Freguesia de Mira, foi iniciada e foi atribuído o nome mas não mais, do que isso: existe compactação do solo até à última casa ali existente mas, falta muito para fazer, uma vez que serve todas as propriedades onde a mesma se insere e necessita urgentemente dos mais elementares cuidados primários, para que efetivamente mereça o nome de Rua. -----

-----É necessário uma compactação condigna pelo menos ao nível do empedramento e ensaibramento e abertura de valetas para a condução das águas pluviais, uma vez que a orientação da rua e o seu desnível de cota suscita uma grande afluência de águas no tempo das chuvas, e a falta de esgotos provoca problemas de salubridade.”-----

-----Interveio a Sr.^a Eng.^a **Regina Serrano** (PSD) que manifestou o seu apreço pela forma como tinham decorrido as sessões da Assembleia Municipal durante aquele ano após as anteriores eleições autárquicas.-----

-----Acrescentou que, durante aquele período de tempo, era salutar a forma ativa, assídua, cívica e organizada, como os Membros da Assembleia tinham participado, colocando questões pertinentes e importantes para o Concelho, sempre com o intuito de melhorar as condições e qualidade de vida em Mira. ---

-----Sublinhou também a intervenção do público, que demonstrava preocupação da população com a comunidade onde estava inserida e que não se alheava aos problemas da mesma. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Agradeceu ainda a participação assídua do Sr. Presidente da Câmara que se tinha demonstrado extremamente disponível a responder e a dar seguimento a todas as questões e perguntas que feitas durante aquelas sessões da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio a Sr.^a Prof.^a **Vera Manco** (PS) que começou por mostrar o seu agrado relativamente ao resultado do Orçamento Participativo.-----

-----Referiu ainda a “Matança do Porco à Moda Antiga”, evento realizado na Lentisqueira pelo quinto ano consecutivo e com notório crescimento. Nesse sentido salientou a participação dos membros da Associação Cultural e Desportiva da Lentisqueira e da população local, à qual deixou o seu agradecimento. Acrescentou que era uma atividade de grande valor tradicional e cultural, uma vez que matar o porco à moda antiga era cada vez mais raro, bem como os pratos tradicionais associados à mesma, o que a levava a considerar que se tratava de uma atividade de impacto para o Concelho.-----

-----Agradeceu ainda à Câmara Municipal e a todas as entidades que tinham apoiado a Associação na divulgação e realização daquela atividade, lamentando contudo o prolongamento da Mostra Gastronómica na Praia de Mira, apesar de ter reconhecido que não tinha tido um impacto muito significativo.-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que começou por dizer que se revia em muito nas palavras da Sr.^a Eng.^a Regina Serrano.-----

-----De seguida apresentou uma situação que lhe tinha sido comunicada por um munícipe, relativa à Rua Dr. Simões Cúcio, em Portomar, onde existiam sinais de trânsito que permitiam o estacionamento nos passeios rebaixados e onde, com frequência, era impossível estacionar devido à presença de vasos de flores. Sublinhou que não tinha tido oportunidade de verificar a situação, apesar de frequente, e acrescentou que por vezes impedia a passagem das pessoas, que acabavam por ter que circular na estrada.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Reconheceu a dificuldade na resolução daquele tipo de situações e disse que, se houvesse intervenção num ou dois casos, talvez servisse de exemplo para outros. -----

-----Deixou ainda uma nota para a Junta de Freguesia de Mira relativa à limpeza de sarjetas e valetas, lembrou a escassez de meios e sugeriu que fosse feita uma campanha de sensibilização da população para a limpeza, pelo menos, dos espaços adjacentes a cada habitação.-----

-----Antes de terminar lembrou que na anterior sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara tinha ficado de lhe dar um esclarecimento no âmbito do relatório.-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que reiterou o seu compromisso em nunca impedir intervenções de nenhum dos presentes que se manifestassem naquele sentido, apesar do tempo fixado para o Período Antes da Ordem do Dia ter sido ultrapassado. -----

-----Quanto à resposta do Sr. Presidente da Câmara à intervenção do munícipe Sr. João Távora, relativamente ao número de funcionários do Município, considerou que tinha sido muitíssimo correta e que podia ter sido, eventualmente, uma oportunidade para outro tipo de resposta, via pela qual, uma vez mais, tinha optado por não seguir, tendo prestado um esclarecimento muito válido. -----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que, referiu a necessidade de melhorar, por um lado, a programação de algumas atividades relativas à época balnear, por outro, a própria articulação entre as duas entidades, Câmara Municipal e Junta de Freguesia. Nesse sentido referiu vários exemplos, como a pintura de passeadeiras, feita apenas após a ocorrência de um atropelamento, a limpeza de caixotes do lixo e do areal, a manutenção da pista pedonal e dos espaços verdes, o separador central da Avenida, que colocava em risco a segurança rodoviária, entre outras.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Fernando Regateiro** (PS) que lembrou a dificuldade de algumas pessoas, em especial em situações de doença, com necessidade de cuidados de saúde, como o tratamento de feridas. Nesse âmbito sugeriu que a Autarquia considerasse a possibilidade de fazer um protocolo com a Administração Regional de Saúde (ARS), no sentido daquela entidade disponibilizar os consumíveis e a Câmara Municipal um pequeno montante para pagar a Enfermeiros que, na sede das Juntas de Freguesia, pudessem prestar aqueles cuidados. Acrescentou que uma situação semelhante já acontecia no Município de Cantanhede, com ótimos resultados, e que seria muito importante para munícipes que dispunham de parques recursos para se deslocarem e que necessitavam de cuidados de saúde, como levar uma injeção ou tratar uma ferida. -----

-----Finda a terceira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----3.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara**, à semelhança da intervenção da Sr.ª Eng.ª Regina Serrano, sublinhou a forma como tinham decorrido as sessões da Assembleia Municipal, com correção e elevação, mesmo na divergência.-----

-----Em relação à intervenção da Sr.ª Prof.ª Vera Manco, respondeu que havia sempre o reverso da medalha, uma situação que tinha surgido na tentativa de resolver outra e que, obviamente, não tinha agradado a todos. -----

-----Dirigiu-se ao Sr. Prof. Paulo Grego e referiu que, apesar de passar com frequência na Rua Simões Cúcio em Portomar, também nunca tinha reparado, embora concordasse que frequentemente se verificava estacionamento abusivo em cima dos passeios, o que tentavam corrigir. -----

-----Quanto à intervenção do Sr. Dr. Francisco Reigota, disse que haveria sempre aspetos a melhorar, apesar de verificar melhorias relativamente a anos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anteriores, e que era desejável que a tendência de melhoria se mantivesse no futuro. Nesse sentido garantiu que ainda durante o corrente ano iria ser iniciada uma intervenção no separador central da Avenida, para que chegassem ao verão com a situação resolvida. -----

-----Em relação à pista pedonal, o Sr. Presidente da Câmara disse que a manutenção tinha sido assegurada pelos serviços do Município, embora uma parte tivesse ficado sem intervenção, devido a desentendimentos com a empresa que responsável pelas obras da Polis, que, na perspetiva do Executivo, a devia assegurar. No entanto, concordou que havia muito a fazer, até mesmo por articulação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.---

-----Quanto à sugestão disse que seria considerada e que era uma boa altura, uma vez que estavam a começar a preparar o Orçamento. -----

-----Informou ainda os presentes relativamente à preparação de um Plano de Ação Local, designado “Mira 2020”, de acordo com a nova estratégia e acordo de parceria que o Estado Português tinha celebrado com a União Europeia. Entendia a CCDR que era de primordial importância elaborar aquele plano estratégico a fim de integrar iniciativas e projetos para o futuro. Nesse sentido disse que já tinha começado a auscultar entidades e forças políticas a fim de colher contributos.-----

-----Interveio o Sr. **Vereador Nelson Maltez** que solicitou que no final da sessão a Sr.^a Prof.^a Zélia Morais lhe esclarecesse onde se situava a rua a que se tinha referido para que depois pudesse resolver o problema. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

-----Interveio o Sr. Eng.^o **Rui Terrível** (MAR) que realçou a necessidade de limpeza de canais de drenagem, que devia ser assegurada pela Câmara Municipal, até porque os municípios muitas vezes não tinham os equipamentos adequados para o fazer. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relativamente à rede de águas, referiu a existência de uma fuga na descida da Valeirinha para a Presa.-----

-----Quanto às obras de saneamento do Casal de S. Tomé mencionou as dificuldades de trânsito que a obra provocava e perguntou se os trabalhos ainda iriam demorar muito.-----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que começou por se congratular com a proposta do Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro em relação à prestação de cuidados de saúde para os mais carenciados.-----

-----Referiu as cheias do início do ano, lembrou o protocolo celebrado com o Ministério da Defesa e considerou que o Executivo estava num excelente caminho, pela forma como geria os dinheiros públicos, quase sempre escassos, e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que explicasse, sucintamente o referido protocolo. Acrescentou ainda que, na sua opinião, aquela era a forma mais económica de proceder à limpeza do Canal de Mira e das valas do Concelho.-----

-----Finda a quarta ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, na ausência momentânea do Sr. Presidente, para responder às questões colocadas.----

-----INTERVENÇÃO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Vereador Nelson Maltez** que começou por dizer que em determinados cursos de água os particulares não tinham capacidade para intervir, por isso a Câmara iria proceder aos trabalhos de limpeza.-----

-----Quanto à vala dos moinhos, na Lagoa, disse que a intervenção com as máquinas do Município tinha sido feita até onde era possível. Entretanto tinham sido encetadas as negociações com o Exército para fazer a limpeza das valas do Concelho que, por serem todas de grande porte, naquela vala dificilmente operariam, pelo que se tinha mostrado necessário recorrer a uma empresa privada para fazer o serviço. Naquele momento já tinham orçamentos e a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

limpeza daquele e eventualmente de outros cursos de água iria avançar assim que possível. -----

-----Em relação à rutura da Valeirinha, disse que iria ser reparada muito antes da Assembleia Municipal seguinte. -----

-----Quanto ao protocolo com o Exército, disse que iria haver intervenção em missão de limpeza, a um preço residual, com o fornecimento de combustíveis, alojamento para quatro militares num bungalow do Parque de Campismo Municipal, dois que operavam a máquina, o mecânico e o Sargento que os acompanhava, bem como a respetiva diária. Feitas as contas tinham concluído que teria cerca de um terço do custo de mercado, portanto era muito vantajoso para o Município. -----

-----Relativamente às obras de saneamento do Casal de S. Tomé, explicou que no local onde estava a decorrer a obra, ao que parecia era a parte mais difícil, tinha que ser feita entivação, ocupando quase a estrada toda. Eventualmente, poderia haver plano mais favorável, mas tinha sido aquela a opção.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto um da ordem do dia.-----

-----**Ponto um: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que explicou que tinha dado indicação aos serviços para que, embora não fosse obrigatório, o relatório passasse a constar na agenda. Daquela forma pelo menos havia uma evidência da existência do documento e poderiam questionar o Sr. Presidente da Câmara relativamente ao conteúdo do mesmo. -----

-----**Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----1.^a INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** começou por esclarecer a questão colocada na anterior sessão da Assembleia Municipal pelo Sr. Prof. Paulo Grego, nomeadamente em casos onde a dívida era superior à execução. Nesse âmbito referiu a página vinte e um do relatório onde se encontrava uma breve nota explicativa e constava que a taxa de execução se encontrava num valor sempre muito alto devido a um processo judicial, em curso, com a empresa “Construções Júlio Lopes, S.A.”, relativo a trabalhos a mais na empreitada da variante, no valor de 447.000,00€ (quatrocentos e quarenta e sete mil euros). Acrescentou que poderiam constatar que à medida que o PPI ia sendo executado o seu valor aumentava, ultrapassando o valor em dívida. -----

-----Quanto aos pagamentos em atraso, comunicou que tinha sido atingido o valor zero a trinta e um de agosto do corrente ano.-----

-----Salientou ainda a evolução favorável da dívida, apesar de alertar para a possibilidade da consolidação das contas do passivo da AIBAP, onde o Município tinha posição dominante.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----1.^a INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que começou por agradecer a introdução daquele ponto na ordem do dia, bem como o cuidado do Sr. Presidente da Câmara em responder à questão colocada na anterior sessão. ---

-----Quanto ao relatório considerou-o um instrumento valioso, sobretudo para quem não pertencia ao Executivo e que tinha que acompanhar os trabalhos, como era o caso dos Membros da Assembleia. -----

-----Fez apenas um pequeno reparo no sentido de alertar para a informação relativa à Divisão de Educação, Cultura e Desporto cujo conteúdo se encontrava duplicado relativamente à Divisão de Proteção Civil, Planeamento, Ordenamento e Ambiente, possivelmente por lapso informático.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio a Sr.^a Enf.^a **Leonor Borralho** (PS) que mencionou o procedimento concursal para recrutamento de um Assistente Operacional referido na página nove do relatório. Nesse âmbito lembrou que o aviso de abertura do concurso datava de vinte e seis de março e na justificação do mesmo figurava a “urgência de recrutamento”, pelo que perguntou qual era o ponto de situação, seis meses após a referida publicação. -----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----1.^a INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que, relativamente ao concurso, disse que tinham sido marcadas provas, que, por impedimento de dois membros do júri, tinham sido adiadas. Entretanto, com o início do ano letivo, tinha havido necessidade de proceder a uma nova avaliação para averiguar se a necessidade e o interesse se mantinham. Acrescentou ainda que na sessão seguinte da Assembleia Municipal, muito provavelmente, haveria uma atualização mais concreta da situação. -----

-----Quanto à taxa de execução das receitas de capital em relação à qual tinha sido questionado na anterior sessão se existia algum “plano B”, esclareceu que comparativamente aos anos anteriores a média era semelhante. Acrescentou que a trinta e um de agosto de dois mil e treze se registava uma taxa de execução de 17,40% e a trinta e um de agosto de dois mil e catorze a mesma taxa era de 15,62%. Nesse sentido explicou que grande parte das receitas provinha de fundos comunitários e só à medida que se ia executando é que se começava a receber, pelo que, por comparação com o ano anterior, o cenário não era preocupante.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Ponto dois: Discussão e votação da proposta de fixação, nos termos do disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), conjugado com o n.º 2 do artigo 16.º e n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, em harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Participação em IRS, para o ano de 2015. -----.

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara que explicou que a intenção era manter a taxa, considerando também a avaliação progressiva e a aplicação da mesma. Acrescentou que, para o Orçamento de 2015 teria que ser feita uma avaliação da média dos últimos 24 meses para chegar àquele valor. Nesse sentido, referiu que a taxa que se propunham fixar para o ano seguinte, por um lado, era suficiente para manter o valor da receita; por outro lado também não queriam onerar, e daí o lapso, porque pensavam que a taxa do ano anterior era de 0,5%, que era a que constava na proposta inicial. -----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----Interveio o Sr. Eng.º Rui Terrível (MAR) que disse que ao ver a proposta inicial tinha considerado que só poderia ser um erro, pelo que manifestou o seu agrado pelo facto da proposta ter sido corrigida, e disse que, caso tal não se verificasse, estariam a imputar um grande aumento de impostos às famílias de todo o concelho. -----

-----Interveio o Sr. Carlos Nora (PS) que, em relação à proposta inicial, começou por ler o ponto dois onde constava “*deliberar que a taxa máxima prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º na redação dada pelo artigo 141.º*”



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Lei n.º 104-B/2011, de 30 de dezembro, são elevadas anualmente ao triplo (...)” e perguntou se na nova proposta a redação se mantinha. -----

-----Congratulou-se com o facto de ter havido a humildade de assumir o lapso e ter sido alterada a proposta. No entanto disse não ter dúvidas em relação ao contributo dos Membros da Assembleia pelo Partido Socialista para que a situação fosse corrigida, assim como os Vereadores daquele Partido, que tinham votado contra a proposta apresentada em reunião de Câmara.-----

-----Salientou os esforços feitos pelos elementos do PS na tentativa de perceberem a proposta de “manutenção” em 0,5%, e referiu que se tinha deslocado ao balcão das Finanças de Mira para confirmar a taxa praticada no ano anterior, tendo concluído que, de facto, se cifrava em 0,3%. Acrescentou que tinha havido várias pessoas a averiguar a situação e a praticar-se os 0,5%, inicialmente propostos, iria haver forte contestação dos munícipes, tendo mesmo alguns entrado em contacto com os serviços do Município, o que tinha motivado a alteração apresentada durante aquela sessão.-----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que começou por dizer que não iria fazer nenhum julgamento político e que o Sr. Presidente da Câmara já tinha explicado o assunto.-----

-----Feita aquela ressalva, lembrou que o Executivo tinha dois Vereadores na oposição, o Dr. Miguel Grego e o Dr. João Reigota, com longa experiência em exercício de funções. Acrescentou que, apesar de não ter assistido à discussão do assunto na reunião de Câmara, ninguém se tinha apercebido que se estava a cometer um lapso ao aprovar os 0,5 %, porque a proposta do Executivo começava por referir “a manutenção da taxa do IMI”, o que significava respeitar o que tinha sido praticado no ano anterior.-----

-----Depois o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, na declaração de voto, tinha dito que tinham optado pela taxa máxima possível na lei, mas o facto é que não tinha sido discernido por ninguém que o valor aprovado, de 0,5%, não fosse a manutenção do ano anterior. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em conclusão reiterou que não pretendia fazer nenhum julgamento político, mas apenas frisar que nem a presença de dois Vereadores com longa experiência tinha sido suficiente para evitar o lapso, e que, felizmente para bem de todos, como contribuintes que eram, tinha sido atempadamente revisto. -----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** que a proposta apresentada em reunião de Câmara tinha sido alvo de alguma discussão entre os membros do Executivo, tendo a sido solicitados esclarecimentos aos serviços durante a reunião. Nesse sentido reconheceu que a proposta talvez não tivesse sido concebida da melhor forma e que durante a reunião de Câmara tinham ficado com algumas dúvidas em relação à mesma. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que saudou a posição do Executivo pelo reconhecimento do erro e por ter alterado a proposta, a bem de todos e da população.-----

-----No entanto, mais uma vez tinha havido um lapso, e mais uma vez eram apresentadas desculpas, sendo que se tratava de uma situação deveras importante para que voltasse a acontecer.-----

-----Perguntou, por isso, quem era o Presidente da Comissão Política do PSD de Mira em catorze de setembro de dois mil e doze, uma vez que se podia ler num comunicado do PSD da altura *“a fixação das Taxas de IMI sem olhar para as dificuldades que as pessoas estão a viver, (...) andamos cansados dos maus tempos e da Troika, mas nem assim o Município tem atenção às Taxas*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de IMI. Porquê 0,4% para os prédios avaliados pelo CIMI, quando poderia ser de 0,3%?” -----

-----Referiu ainda outra notícia do Diário de Coimbra de vinte e oito de junho de dois mil e treze, onde era possível ler que “*Numa reunião de Câmara (...) discute-se esta situação e, no ar, diz-se que a redução do IMI, a manutenção do IRS, a manutenção de zero da taxa de derrama e o direito municipal de passagem deve-se ao facto de estarmos em vésperas de eleições autárquicas, ou seja, “parece-me que é uma proposta eleitoralista”, suspeitou o Social Democrata Rocha de Almeida*”.-----

-----Concluiu que, nos últimos anos, se sabia bem qual era a taxa de IMI, que todos tinham bem presente as alterações e os problemas que tinha causado às populações nos últimos anos. Lamentou, por isso, a falta de preparação do Executivo naquela matéria e sublinhou a intervenção do Sr. Carlos Nora e de outros elementos do PS para a aprovação da taxa em 0,3%, contrariamente ao previsto inicialmente. -----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS), a respeito da alteração proposta, referindo que o trabalho da oposição tinha dado frutos, acrescentando que vinha preparado para defender a causa pública e que tinham vindo munido de documentos, para refutar a proposta, que se tinha revelado um lapso. Nesse âmbito disse que o principal documento que tinha trazido era a ata da sessão ordinária de vinte e sete de junho de dois mil e treze, onde constava a taxa aplicada durante o corrente ano. -----

-----Acrescentou ainda a questão da majoração dos prédios devolutos, no corrente ano definida em 30% e cuja proposta para o ano seguinte seria o valor triplicado. Como exemplo referiu que uma pessoa que tivesse um apartamento novo para arrendar, que não o pudesse arrendar durante um ano, para além de não ter qualquer rendimento ainda teria que pagar uma taxa de IMI três vezes mais elevada. Face ao exposto perguntou se era aquela a interpretação correta e sugeriu que, assim sendo, a proposta fosse alterada. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que, relativamente ao comunicado do PSD mencionado nas intervenções anteriores, disse que a oposição era sempre salutar e o PSD na altura tinha feito a sua oposição e quando tinha sido mencionada a questão do “*porquê 0,4%, quando podia ser 0,3%*”, na verdade o PS tinha vindo a votar os 0,3%, ou seja, o PSD tinha exercido a sua função de oposição. -----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Fernando Regateiro** (PS) que admitiu que tivesse havido um erro de perceção da parte do Executivo ou dos responsáveis pela redação da proposta. Pese embora a capacidade de correção fosse de louvar, resolvia o problema técnico, mas não o da génese e não valia a pena argumentar, como tinha feito o Sr. Pedro Nunes, dando a entender a quem o tinha ouvido que a culpa tinha sido da oposição que não tinha detetado o problema. Mais disse que a Vereação do PS tinha votado contra, ao contrário do PSD, que tinha votado a favor, e do MAR, que se tinha absterido, assumindo uma posição que considerou como “*muito cómoda*”. -----

-----Acrescentou que não valia a pena o MAR munir-se de argumentos para votar contra naquela sessão da Assembleia Municipal, uma vez que já se tinha absterido na votação em reunião de Câmara, onde efetivamente o seu voto podia ter feito a diferença. -----

-----Designou a situação por “*incompetência, de quem tinha feito, e irresponsabilidade de quem tinha assumido posições políticas sem perceber que estava a basear decisões políticas em incompetência técnica*”. -----

-----Continuou, acrescentando que o Sr. Presidente da Câmara até tinha exercido o voto de qualidade, tal estava convicto do que estava a aprovar e aquele era o “*problema político*”, da “*incompetência e da irresponsabilidade política*”, como era óbvio, e não “*irresponsabilidade pessoal*”. -----

-----Face ao exposto considerou que não era desculpável a situação, naquele aspeto, nem era compreensível o ataque aos Vereadores do PS, porque



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinham detetado a situação, nem a posição do MAR, que se tinha absterido, o que, naquele caso, correspondia à aprovação. -----

-----Em conclusão disse que aquela era uma situação que merecia reflexão por parte daquela Assembleia, porque era demasiado séria, envolvia demasiados interesses e demasiada preocupação dos munícipes. -----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD), no seu direito de resposta, que frisou que não era de polémicas e que não estava a fazer julgamento político de ninguém, que a referência aos Vereadores do Partido Socialista era apenas pela experiência que ambos tinham em termos de permanência no Executivo. --

-----Concluiu que ninguém se tinha apercebido que a manutenção era a continuidade do que tinha sido votado na Assembleia e aprovado pelo Executivo anterior, que era uma taxa de 0,3 % e que apenas tinha procurado sublinhar que, apesar da presença de Vereadores do Partido Socialista com vasta experiência, não se tinham apercebido que a manutenção não era o valor de 0,5 %, mas de 0,3%. -----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto** (MAR), também no seu direito de resposta, que afirmou que o MAR se tinha absterido na reunião de Câmara e tinha dito que entendia que a proposta apresentada merecia uma ponderação e estudo, desde logo porque era uma época em que começavam a surgir alguns sinais de retoma económica onde era importante que as famílias tivessem algum “desafogo”.-----

-----Acrescentou que no texto inicial estava escrito que “*apesar do Executivo não esconder que gostaria de poder reduzir mais a Taxa do IMI*”, ora se já estava em vigor a taxa mínima, se era pressuposto que assim continuasse, o texto teria que ser alterado.-----

-----Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, que deu os parabéns ao Executivo por ter detetado e reconhecido o lapso, a bem de todos os munícipes. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que, reportando-se à questão da majoração dos prédios devolutos, esclareceu que na prática não teria aplicação no Concelho de Mira uma vez que não existia cadastro com a respetiva informação. -----

-----Quanto à questão política de fundo, assumiu que não pretendia “fugir” à responsabilidade e admitiu que, naquele caso, algo não tinha corrido bem. Salientou, no entanto, que durante a discussão na reunião de Câmara não tinha havido ninguém que tivesse alertado que se estava a subir de 0,3% para 0,5%, que era o que estava a acontecer.-----

-----Terminou com um agradecimento ao Partido Socialista pelo contributo, no cumprimento da sua obrigação, em ter alertado para a situação. -----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que se reportou à Certidão (DAJ/SAOM – n.º 26/2014), relativa à proposta de “*Fixação da Taxa do IMI, IRS, Derrama e Direito Municipal de Passagem, a liquidar em 2015*”, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 15 de setembro de 2014, e perguntou, no caso de prédios urbanos devolutos, se a taxa máxima prevista era elevada ao triplo por imposição legal ou por opção do Executivo. -----

-----Interveio o Sr. **Vereador Nelson Maltez** que esclareceu que era por imposição legal, mas para que houvesse aplicação efetiva daquela taxa teria o Município que fazer o cadastro e comunicá-lo às Finanças, o que nunca tinha acontecido, portanto não iria ter qualquer efeito prático.-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que esclareceu que a alteração do ponto em discussão tinha sido votada, tendo o Sr. Presidente da Câmara justificado que tal se devia a um lapso.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Acrescentou que a preocupação era se aquela proposta poderia ser legalmente votada, tendo para o efeito sido consultada a CCDR, pelo que considerou que não seria necessário o Sr. Presidente da Câmara apresentar qualquer pedido de desculpa. -----

-----Relativamente a tudo o que estava escrito, sublinhou que não era feito nenhum “*ataque*” a nenhuma das forças políticas ali presentes e que efetivamente se tratava de um equívoco, que, de resto, já tinha sido assumido pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

-----Sublinhou que, por um lado, era claro para o Partido Socialista que a taxa tinha sido fixada em 0,3%, mas, por outro lado, também era evidente que o Executivo pretendia manter a taxa estabelecida no ano anterior. No entanto, durante a discussão daquela matéria na reunião da Câmara Municipal tal situação não tinha sido suficientemente clarificada. -----

-----Face ao exposto concluiu que apesar de ter havido alguma “*confusão*”, era evidente que todos estavam de acordo em manter a taxa em 0,3%. -----

----- A proposta em discussão é do seguinte teor: -----

-----“**ALTERAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI, IRS, DERRAMA E DIREITO MUNICIPAL DE PASSAGEM A LIQUIDAR EM 2015** ---

-----*Considerando que:*-----

----- a) *Em reunião de 15 de setembro de 2014, a Câmara Municipal aprovou submeter à Assembleia Municipal a fixação das seguintes taxas de IMI, a liquidar no ano de 2015:* -----

-----*prédios urbanos: 0,5 %;* -----

-----b) *Contudo verificou-se que a redação dada ao n.º 2 do artigo 112.º do CIMI pela Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro), com a revogação da alínea b) deste normativo, e com a nova redação da respetiva alínea c) - a qual adotou a designação que anteriormente constava da alínea b) – conduziu a uma interpretação errada;* -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----c) De facto, anteriormente a alínea b) determinava uma taxa de 0,5% a 0,8% para os prédios urbanos, e agora a alínea c) determina, igualmente para prédios urbanos, taxas compreendidas entre os 0,3% e 0,5%; -----

-----d) No ano transato, foi deliberada a fixação da taxa de IMI para os prédios urbanos em 0,5%, era intenção do Executivo camarário a manutenção da mesma taxa, de forma a evitar a diminuição de receita, sem contudo aumentar a taxa pré-existente; -----

-----e) Intenção essa manifestada na proposta levada à reunião de Câmara de 15 de setembro do corrente, onde se pode ler: -----

-----“Com a manutenção da taxa de IMI pretende-se promover uma política de estímulo à fixação de novos residentes, mas acautelando concomitantemente condições que lhe permitam manter um nível de atividade que seja de molde reforçar a dinâmica económica e social do nosso concelho e a satisfazer as legítimas expetativas dos cidadãos.” -----

-----f) Contudo verificou-se que o sentido da alteração introduzida no CIMI pela LOE 2014, foi o de eliminar a categoria de prédios correspondente aos prédios urbanos ainda não avaliados nos termos deste código, e não o contrário, como a “pobre” redação atual do normativo legal induz; -----

-----g) Sendo que, eliminada a categoria supra referida, temos como remanescente para os prédios urbanos aquela que antes correspondia aos prédios já avaliados nos termos do CIMI, que hoje são já todos os prédios urbanos, fruto da avaliação geral de imóveis que a Administração Fiscal promoveu durante o ano de 2012; -----

-----h) Neste contexto, a intenção de manutenção da taxa de IMI a aplicar aos prédios Urbanos haveria de ser feita por referência à taxa de 0,3% fixada para estes imóveis no ano anterior, e não à taxa de 0,5%, como por lapso se fez; -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Posto isto, impõe-se que seja instaurada a concordância entre a taxa de IMI a fixar e a intenção de manutenção do valor que a mesma representava no ano anterior, o que determina a sua definitiva fixação em 0,3%. -----

-----Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere aprovar a alteração à proposta de reunião de Câmara de 15 de setembro de 2014, que fixou a taxa de IMI, IRS, Derrama e Direito Municipal de Passagem, a Liquidar em 2015, passando a constar: “prédios urbanos: 0,3%” onde naquela constava “prédios urbanos: 0,5%”, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 25.º do Anexo I da Lei. n.º 75/2013 de 12 de setembro, a contrário.”-----

-----**VOTAÇÃO:**-----

-----Submetido a votação, o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto três da ordem do dia.-----

-----**Ponto três: Aprovação, nos termos do previsto no art.º 22.º do D.L. n.º 197/99, de 08 de junho, da repartição de encargos por ano económico – 11.ª alteração orçamental e 11.ª alteração às GOP's – PPI e AMR, do ano de 2014 – Projeto Recuperação/Conservação da Escola Básica Integrada de Mira.**-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara** para explicar o documento.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** explicou que a questão da escola tinha tido avanços e recuos, nomeadamente na questão da possibilidade de financiamento da obra, pese embora fosse inequívoca a necessidade da mesma, bem como a perspetiva de poder apresentar a referida candidatura a financiamento.-----

-----Face ao exposto o Executivo tinha decidido avançar, estava adjudicada a empreitada e em condições de iniciar a obra. Dado que se encontravam quase



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no final do ano, havia necessidade de repartir aquele encargo para o ano seguinte, com base numa estimativa do montante que seria gasto, quer no corrente ano, quer no seguinte.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que começou por dizer que o assunto era recorrente e que era uma oportunidade para o Executivo começar a constituir algum fundo de maneo que poderia ser utilizado, por exemplo, para um Quadro Comunitário de Apoio, onde se ia buscar 70% do investimento, logo 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros) já era significativo.-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que perguntou porque é que aquele assunto era apresentado em sessão de Assembleia Municipal, se era por ser uma alteração ao PPI.-----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.**-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):**-----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que a opção do Executivo ia ao encontro da intervenção do Sr. Eng.º Calisto Coquim, ou seja, tendo a oportunidade de candidatar a um fundo comunitário e não sabendo se o mesmo ia ser aprovado, tinham decidido avançar com a obra. -----

-----**VOTAÇÃO:**-----

-----Submetido a votação, o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com um voto contra, do Sr. Eng.º Calisto Coquim, nove abstenções, do PS e do Sr. Dr. Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, e quinze votos a favor, do Sr. Gabriel Pinho, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, do Sr. Prof. Artur Fresco, Presidente da Junta de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia de Mira, do Sr. Dr. Tiago Cruz, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, do MAR, e do PSD. -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que se congratulou pelo civismo, pela maneira de estar, defendendo as ideias políticas, porque na realidade estavam a representar Partidos e Movimentos. -----

-----Mais disse que não podia, passado um ano das eleições, deixar de saudar todos os presentes e fazer votos de que, passado outro ano, continuasse a ter o mesmo tipo de discurso. -----

-----Deixou ainda os parabéns ao futuro Secretário-Geral do Partido Socialista, Dr. António Costa, com votos de que viesse defender propostas de melhoria para o País e o bem-estar da população. -----

-----**ENCERRAMENTO** -----

-----E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte e uma horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

(Nelson Miranda Cadete, Prof.)